



POLÍTICA DE PRIVACIDADE DE DADOS

O Ofício do 1º Tabelionato de Protesto de Títulos de Pouso Alegre preza pela privacidade das informações pessoais coletadas e por isso desenvolveu esta Política de Privacidade para demonstrar nosso compromisso em proteger os seus dados pessoais.

Em nossa Política de Privacidade está descrita a maneira como seus dados são protegidos por este Cartório ao realizarmos a coleta, tratamento e armazenamento de informações pessoais.

O Tabelionato de Protesto de Títulos de Pouso Alegre possui uma cultura de proteção de dados e governança para o cumprimento da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados, iniciada com todo o atendimento às medidas previstas no Provimento nº 74/CNJ/2018, que dispõe sobre padrões mínimos de tecnologia da informação para a segurança, integridade e disponibilidade de dados para a continuidade da atividade pelos Serviços Notariais e de Registro do Brasil, adotando procedimentos internos e padrões técnicos de organização, com observância aos pilares da segurança da informação: **CONFIDENCIALIDADE, INTEGRIDADE e DISPONIBILIDADE.**

Informamos ainda que a nossa atividade possui atribuições baseadas na Lei nº 9.492/1997 - Lei dos Protestos, Lei nº 6.015/1973 - Lei Geral de Registros Públicos, Lei nº 8.935/1940 - Lei dos Cartórios, Provimento do CNJ nº 93/2020 - Código de Normas do Estado de Minas Gerais, no Provimento nº 134/CNJ/2022 do Conselho Nacional de Justiça, entre outras que suportam o tratamento de dados, bem como o compartilhamento deles para a finalidade dos atos praticados pelo Cartório.

Importante ressaltar que este cartório, não informa os seus dados pessoais para terceiros, exceto em caso de comunicações aos órgãos competentes previstos em lei ou em caso de solicitações judiciais.

Data de Criação da Política: 02/02/2023

Data da Última Atualização da Política: 23/05/2023

1 – OBJETIVO

1.1. Os serviços disponíveis neste site e no atendimento ao usuário são proporcionados na forma de livre acesso pelo Tabelionato de Protesto de Títulos de Pouso Alegre, assumindo, assim, compromisso de privacidade dos dados tratados, tendo como prioridade a proteção dos dados.

1.2. A presente “Política de Privacidade” corresponde ao tratamento dado pelo Tabelionato de Protesto de Títulos de Pouso Alegre às informações e dados pessoais coletados, quando estes estão no sítio eletrônico <http://www.protestopousoalegre.com.br/> ou quando, por outro meio, componham as bases de dados eletrônicos e físicos deste cartório.

1.3. O usuário que decidir fornecer seus dados pessoais para fins de notificação de andamento de seu protocolo, declara conhecer e aceitar os termos aqui descritos. A concordância com esta Política de Privacidade é indispensável à utilização do site e dos serviços oferecidos pelo cartório.

1.4. Sem prejuízo dos direitos legais, este cartório se reserva o direito de alterar esta Política de Privacidade de modo a refletir avanços tecnológicos, mudanças na legislação ou normas regulatórias e boas práticas. Por este motivo, estará sempre, neste espaço, disponível para consultas.

2 – APLICAÇÃO

Através da presente Política de Privacidade, o Cartório torna pública qual a natureza, o âmbito e a finalidade dos dados pessoais que serão recolhidos, utilizados e processados.

3 – NORMAS RELACIONADAS

3.1. Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

3.2. Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, Lei de Registros Públicos.

3.3. Lei nº 8.935 de 18 de novembro de 1994, Lei dos Serviços Notariais e de Registro.

3.4. Lei nº 9.492 de 10 de setembro de 1997, Lei do Protesto

3.5. Provimento nº 61/2017 CNJ, dispõe sobre a obrigatoriedade de informação do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

3.6. Provimento nº 74/2018 CNJ, dispõe sobre padrões mínimos de tecnologia da informação para a segurança, integridade e disponibilidade de dados para a continuidade da atividade pelos serviços notariais e de registro do Brasil;

3.7. Provimento nº 88/2019 CNJ, dispõe sobre a política e os controles a serem adotados pelos notários e registradores visando à prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro;

3.8. Provimento nº 93/2020 TJMG, Código de Normas da CGJ/MG;

4 – FIGURAS DO TRATAMENTO DE DADOS

4.1. CONTROLADOR – O Ofício do 1º Tabelionato de Protesto de Títulos de Pouso Alegre é representado por Samuel Ricardo Silva Gomes, com endereço na Rua Adolfo Olinto, nº 59, 1º Andar, Centro, Pouso Alegre/MG.

4.2. OPERADOR – São as pessoas naturais ou jurídicas externas ao quadro funcional deste cartório que realizam o tratamento de dados pessoais em nome do Controlador, quais sejam: contador, assessoria jurídica, empresa responsável pelo sistema informatizado do cartório, prestação de serviços de informática, hospedagem de site, e-mails e aplicativos de mensagens.

4.3. ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS: Walisson Carvalho do Nascimento, que pode ser contatado através do e-mail **lgpd@protestopousoalegre.com.br**.

4.4. TITULAR – Pessoa natural a quem se refere os dados pessoais que são objeto de tratamento neste Cartório.

5 – TIPOS DE INFORMAÇÕES COLETADAS

5.1. A menos que especificado de outra forma, todos os dados solicitados por este site ou no atendimento ao cliente, são obrigatórios e o não fornecimento desses dados, poderá acarretar a impossibilidade de realização dos serviços requisitados a esta Serventia.

5.2. Importante salientar que, antes mesmo de valer-se dos serviços disponibilizados pelos canais eletrônicos ou presenciais deste Cartório, todos os dados tratados estarão protegidos nos termos da Lei nº 13.709/2018, do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça e do Provimento nº 88/2019 do Conselho Nacional de Justiça.

5.3. DO PROTOCOLO DOS PEDIDOS DE SERVIÇOS: Quando houver requisição de algum serviço a este Cartório, não havendo obrigatoriedade legal, será solicitado ao usuário seu consentimento para tratamento de dados, visando receber notificação acerca do andamento de sua solicitação.

5.3.1. Estes dados são solicitados nos setores de atendimento para realização do pedido, bem como nas plataformas eletrônicas vinculadas ao Tabelionato de Protesto de Títulos de Pouso Alegre, inseridos no sistema do Cartório para organização da logística de comunicação com o usuário.

5.3.2. A comunicação será realizada apenas durante o período compreendido entre a solicitação e entrega do serviço solicitado, exceto nos casos em que houver obrigação legal.

5.3.3. Finalizada a prestação de serviço, as notificações pelos meios fornecidos serão encerradas automaticamente, exceto nos casos em que houver obrigação legal.

5.3.4. O usuário que não consentir com a disponibilização das informações dos dados para contato, poderá acionar o Cartório para tomar conhecimento a respeito do andamento do serviço solicitado, através dos canais de atendimentos disponibilizados no site, através da aba "Contato" ou utilizar as Centrais Eletrônicas de Protesto, que são elas: Central Nacional de Protesto - CENPROT (<https://site.cenprotnacional.org.br/>) ou Central Eletrônica de Protestos de Minas Gerais - CENPROT-MG (<https://www.protestomg.com.br/>)

5.3.5. A qualquer momento o usuário poderá revogar ou conceder seu consentimento, desde que isso não encontre impedimento no cumprimento das obrigações legais ou regulatórias dos atos praticados pelo controlador e operadores, devendo, para tanto, entrar em contato através do e-mail: **lgpd@protestopousoalegre.com.br**.

5.4. DA PRÁTICA DOS ATOS SOLICITADOS NO PROTOCOLO: Quando do requerimento realizado pela parte interessada, este Cartório necessitará coletar dados que são essenciais para a prática dos atos que lhe são solicitados, visando o cumprimento de disposições legais, normativas ou baseadas no consentimento do usuário.

5.4.1. Os dados coletados têm a função de:

- A. Qualificação das partes nos atos de protesto;
- B. Emissão de certidões;
- C. Dados bancários para pagamentos devidos;
- D. Envio do selo de fiscalização para o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;
- E. Realização de intimações;
- F. Envio de informações:
 - a. de operações suspeitas previstas na Lei 9.613/1998 ao SISCOAF;
 - b. para entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito previstas no Art. 29 da Lei n. 9.492/97;
 - c. para o poder público (Art. 41-A da Lei n. 9.492/97);
 - d. Centrais Eletrônicas de Protestos (Art. 41-A da Lei n. 9.492/97 e Art 390 do Provimento 93/TJMG/2020.

5.4.2. Para a prática de atos de protesto, são coletados os seguintes dados determinados por lei, norma ou jurisprudência, para cumprimento de princípios registrais: Nome, Número de Documento de Identificação, Endereço postal e/ou eletrônico, Comprovação de Representação (Procurações e/ou Substabelecimentos), Dados referente ao título (espécie, praça de pagamento, número do título, data de emissão e vencimento, valores), e outros que se façam necessários.

5.5. DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO SITE: Através do nosso site é possível realizar alguns tipos de consultas, conforme abaixo:

5.5.1. Cancelamento de Protesto.

5.5.2. Consulta de Protocolo.

5.5.3. Acesso à Política de Privacidade e ao termo de consentimento, além de dar o aceite para que a solicitação seja enviada ao Cartório.

5.5.4. Canais de contato com o Cartório (Contato), onde serão coletados os dados de nome, e-mail e telefone.

5.5.5. Consulta dos documentos exigidos para Protestos (Requerimento e Modelos).

5.5.6. Conferir Autenticidade de Certidões.

5.5.7. Realizar Pesquisa de Protesto.

5.5.8. Consulta de Edital.

5.5.9. Link de acesso a alguns sites externos para facilitar alguns serviços, através das "Dicas".

5.5.10. Realizar Pedido de Certidão de Protesto.

6 - COOKIES

6.1 Nosso site usa cookies para melhorar a experiência de navegação do usuário.

6.2 Cookie é um arquivo que contém um identificador (uma sequência de letras e números) enviado por um servidor da web para um navegador da web e armazenado pelo navegador. Os cookies normalmente não contêm nenhuma informação que identifica pessoalmente um usuário, mas as informações pessoais que armazenamos sobre você podem estar vinculadas às informações obtidas de cookies.

7 - PRIVACIDADE DO USUÁRIO

7.1. Todas as informações coletadas dos usuários trafegam pela internet de forma segura, com uso de um processo de criptografia e o Cartório se compromete a utilizar os melhores sistemas de proteção disponibilizados pela tecnologia de internet.

7.2. O Cartório emprega todos os esforços para manter a integridade, disponibilidade e a confidencialidade das informações que lhe são fornecidas.

7.3. As notificações (mensagens de andamento) sobre os registros de protesto poderão ocorrer através do e-mail, ligação ou mensagem de aplicativo de comunicação instantânea, dados estes fornecidos ao realizar o pedido, considerando que a coleta e envio dessas mensagens visam garantir o interesse de nossos usuários, caso solicitado através do serviço "avise-me".

7.4. O site poderá oferecer acesso a links e frames de outros sites cujos conteúdos e políticas de privacidade não são de responsabilidade do Cartório. Assim, o Cartório recomenda que, ao serem redirecionados para sites externos, os usuários consultem sempre as respectivas políticas de privacidade antes de fornecerem seus dados ou informações.

7.5. O acesso às informações e dados pessoais coletados é restrito aos funcionários e pessoas autorizadas para este fim. Empregados e/ou pessoas autorizadas que se utilizarem indevidamente dessas informações, ferindo essa Política de Privacidade, estarão sujeitos às penalidades previstas, sem exclusão das demais medidas legais cabíveis.

8 – COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES E DADOS PESSOAIS

8.1. Por força do artigo 16 e seguintes da Lei nº 6.015/73, a publicidade dos atos, serviços e registros contidos nos livros do Cartório é uma obrigação, podendo, dentro dos limites da Lei, ser extraídos e compartilhados.

8.2. Asseguramos aos usuários que nenhum dado pessoal será cedido, por via gratuita ou comercial, a empresas de marketing.

8.3. Em determinadas circunstâncias, amparadas por lei ou em razão de determinação judicial, o Cartório reserva o direito de compartilhar ou transferir dados pessoais, tais como para manter a integração com os órgãos e associações centrais eletrônicas de serviço compartilhado, SISCOAF, Empresa de TI, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito.

8.4. Sempre que ocorrer um evento desta ordem, o compartilhamento será feito em conformidade com a legislação de proteção de dados pessoais em vigor.

9 – DIREITO DOS USUÁRIOS – TITULARES

9.1. O tratamento de dados pessoais no Cartório é realizado de forma transparente, lícita e justa, mantendo o registro das atividades, conforme Artigos 7º, 8º, 11º e 14º da Lei nº 13.709/2018.

9.2. Os titulares dos dados têm o direito de acesso aos seus dados pessoais e quaisquer solicitações feitas para o Cartório, conforme Artigo 20º da LGPD, ressalvado o disposto no Artigo 16º da Lei nº 6.015/73.

9.3. Para os titulares dos dados pessoais exercerem seu direito, devem entrar em contato com o Encarregado de Proteção de Dados através do e-mail: **lgpd@protestopousoalegre.com.br**.

9.3.1. O Encarregado realizará o primeiro contato em até 5 dias após o recebimento da solicitação.

9.3.2. O Encarregado responderá a solicitação dos titulares dos dados em até 15 dias.

9.4. Os titulares dos dados pessoais têm direito:

9.4.1. de modificação, anulação ou cancelamento de seus consentimentos.

9.4.2. ao acesso, correção ou exclusão de seus dados pessoais, quando permitido por lei.

9.4.3. de solicitar informações sobre o compartilhamento de seus dados pessoais.

9.4.5. de saber quais dados são tratados.

9.4.6. de receber uma cópia dos dados pessoais que são tratados, quando houver.

9.4.7. de requerer a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados de forma ilícita.

9.4.8. de solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

10 – MINIMIZAÇÕES DE DADOS

10.1 Os dados coletados pelo Cartório são adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados.

11 – SEGURANÇA DOS DADOS

11.1 O Cartório implementou e continuará implementando inúmeras medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, como previsto na Lei nº 13.709/2018, no Provimento nº 74/2018 e nº 134/2022 do Conselho Nacional de Justiça.

12 – RETENÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

12.1. O critério utilizado para determinar o período em que os dados pessoais serão guardados é o respectivo período de retenção legal.

12.2. Após o término desse período, os dados correspondentes serão eliminados, desde que não sejam mais necessários para o Cartório, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres.

13 – VIOLAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

13.1 No caso de uma violação de dados pessoais, o Cartório deverá prontamente avaliar o risco para os direitos e liberdades das pessoas e informar essa violação à autoridade competente.

14 – GESTÃO DA POLÍTICA

14.1 A Política de Privacidade do site é aprovada pelo Titular do Cartório e foi estabelecida com base no Procedimento Gerencial da Lei Geral de Proteção de Dados.

15 – ACESSO AOS DADOS

15.1 O Tabelionato de Protesto de Títulos de Pouso Alegre, possui controle interno sobre o acesso às informações, ou seja, monitora o acesso dos colaboradores aos dados pessoais, o que é feito apenas para execução das atividades registras em compasso com os ditames do arcabouço jurídico pátrio. Para denúncia de violação das políticas de privacidade enviar e-mail para o Encarregado: **lgpd@protestopousoalegre.com.br**.

16 – MAIORES INFORMAÇÕES

16.1 Na formalização desta Política de Privacidade, o Tabelionato de Protesto de Títulos de Pouso Alegre objetiva trazer informações com clareza e objetividade. Caso ainda tenha dúvidas, mantemos um canal exclusivo de esclarecimentos para assuntos relacionados à Lei Geral de Proteção de Dados, por meio do e-mail: **lgpd@protestopousoalegre.com.br**.